

Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão

Raiane Patrícia Severino Assumpção*
Juliana de Magalhães Carrapeiro**

Resumo:

O período da ditadura militar no Brasil marcou profundamente a trajetória do Serviço Social brasileiro. A partir de uma análise histórico-crítica, o presente artigo apresenta argumentos que reiteram a necessidade de rompermos, permanentemente, com os conservadorismos na sociedade e na profissão, tendo como horizonte um projeto societário emancipatório. Esses argumentos são decorrentes de um processo de pesquisa bibliográfica, documental e de análise de conteúdo de entrevistas que teve o objetivo de identificar os mecanismos construídos no período ditatorial que marcaram a formação e o trabalho profissional, como também as estratégias utilizadas no período de ruptura do conservadorismo e de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Serviço Social; Ditadura; Projeto Ético-Político; trabalho profissional.

Dictatorship and social work in Brazil: contributions toward breaking with conservatism in the profession

Abstract:

The military dictatorship in Brazil profoundly marked the trajectory of Brazilian Social Work. Based on a historical and critical analysis, this article presents arguments that underscore the need to break, permanently, with conservativisms in society and the profession, in order to advance toward an emancipatory societal project. These arguments arise from a process of bibliographical and archival research, as well as a content analysis of interviews. The research is aimed at identifying the mechanisms constructed in the dictatorial period that shaped training and professional work, as well as the strategies utilized in the period of rupture with conservatism and the construction of the Ethical and Political Project of Brazilian Social Work.

Keywords: Social work; dictatorship; Political and Ethical Project; professional work.

* Doutora em Sociologia pela UNESP-Araraquara, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. End. eletrônico: raiane.assumpcao@unifesp.br

** Assistente Social, graduada pela Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. End. eletrônico: ju.carrapeiro@gmail.com

Introdução

O trabalho é a categoria ontológica do ser social, conforme a perspectiva marxista. O trabalho é o processo de transformação da natureza realizado pelo homem. Neste processo, o homem transforma a si mesmo, gerando novas necessidades e possibilidades. Desta forma, o trabalho é categoria fundante do processo de socialização e hominização do ser social (Barroco, 2008: 26).

Assim, o Serviço Social é concebido como uma especialização do trabalho inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo. O exercício da profissão, regulamentado pela Lei 8.662 de 1993, participa, concomitantemente e através da mesma atividade, dos mecanismos de exploração e dominação e da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora, na reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Desta forma, “reafirma-se a ‘questão social’ como base de fundação sócio-histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais.” (Iamamoto, 2009a:13).

Considerando esses fundamentos do Serviço Social, o exercício profissional exige o decifrar das multifacetadas expressões da “questão social” no cotidiano da vida social, compreendendo suas manifestações universais, particulares e singulares, considerando a objetividade e a subjetividade do processo, e sempre ponderando as conjunturas econômicas, sociais, éticas, políticas e ideoculturais.

É nesta perspectiva que este artigo, a partir de uma análise histórico-crítica, apresenta argumentos que reiteram a necessidade de rompermos, permanentemente, com os conservadorismos na sociedade e na profissão, tendo como horizonte um projeto societário emancipatório.

Serviço Social e ditadura no Brasil

O período da ditadura militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro. Ao mesmo tempo em que a vertente profissional crítica, que emergiu entre os anos 1961 e 1964, foi sufocada pela repressão, a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social.

Logo após o golpe de 1º de abril de 1964, muitos assistentes sociais foram vítimas de perseguição política, e também as agências de formação sofreram coação. Dezenas de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social lutaram contra o regime militar e, no auge da ditadura, muitos foram alvos da repressão. Ainda que uma parcela tenha marcado presença no combate à ditadura, “é fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tugar nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou

um corajoso destacamento da resistência democrática” (Netto, 2009: 29). De fato, destaca-se neste período da história da profissão a neutralidade das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional, revelando a alienação diante do quadro político do país.

Com a implantação do regime político ditatorial, os movimentos políticos emergentes durante o período populista foram desmobilizados, mudando o rumo de suas lutas. Alguns segmentos da categoria dos assistentes sociais atuavam junto a estes movimentos, com a intenção de construir um compromisso explícito do Serviço Social com os interesses dos setores populares. Com o golpe militar, este trabalho é interrompido, restando apenas a execução das políticas sociais e dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), no sentido de eliminar os obstáculos da resistência cultural às inovações do crescimento econômico (Silva, 2011: 49).

Assim, a atuação profissional neste período se deu em três frentes: 1) no Estado, que respondia à questão social de forma coercitiva, tecnocrática, meritocrática e conforme demanda econômica do capital; 2) nas multinacionais, que precisavam de profissionais apropriados do aparato burocrático e que pudessem intervir diretamente na relação capital/trabalho, em meio às manifestações dos trabalhadores; e 3) na filantropia privada, que se expandiu diante do aprofundamento da questão social, decorrente do processo de crescimento da população urbana (Cardoso, 2013: 133).

Entre 1964 e 1968, o Serviço Social latino-americano se articulou através do Movimento de Reconceituação, composto por assistentes sociais conscientizados de suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas. O Movimento de Reconceituação expressou a crítica ao Serviço Social tradicional, trazendo questionamentos sobre o papel da profissão frente às expressões da questão social. Compunham este movimento dois grandes segmentos: um que apostava na modernização do Serviço Social a fim de torná-lo compatível às demandas macrosocietárias; e outro que defendia a total ruptura com o passado da profissão e a vinculação aos projetos de superação das estruturas sociais de exploração e dominação (Netto, 2007: 75).

A princípio, estes dois segmentos atuaram como uma frente ampla no combate ao tradicionalismo da profissão; entretanto, esta frente acabou se dividindo entre os reformistas-democratas e os radicais-democratas. Esta diferenciação seria decisiva para o direcionamento do Movimento, mas as ditaduras instauradas no Cone Sul reprimiram todas as alternativas democráticas. Segundo Netto, “não por acaso, muitos dos protagonistas da Reconceituação experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas de ‘desaparecidos’ nas ditaduras” (2007: 76).

Influenciado pelo Movimento de Reconceituação, o processo conhecido como Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro teve adesão de forma ampliada e plural de organizações da categoria profissional, possibilitando que um segmento cada vez maior de profissionais, de diversas regiões do país, participasse dos debates de polemização profissional.

A reflexão profissional se desenvolveu em três direções principais: 1) perspectiva modernizadora, que buscava adequar o Serviço Social às exigências sócio-políticas do período ditatorial, inserindo os valores e concepções “tradicionalistas” em uma nova teoria e metodologia; 2) perspectiva de reatualização do conservadorismo, que teve como base teórico-metodológica a fenomenologia, buscando fundamentar o exercício do Serviço Social na ajuda psicossocial; e 3) perspectiva de intenção de ruptura, que buscava romper com o pensamento conservador e com o reformismo, recorrendo à tradição marxista. Este processo de renovação foi um “movimento cumulativo”, com diferentes momentos de dominância teórico-cultural e ideopolítica, que se entrecruzam e se sobrepõem (Netto, 2010: 152).

Com o anunciado “milagre econômico”, a política social foi progressivamente vinculada ao sistema produtivo, com o objetivo de corrigir distorções entre produção e consumo, e assim atingir maiores índices no crescimento econômico, pois se afirmava que o desenvolvimento social seria consequência automática do crescimento econômico. Neste sentido, “a prestação de serviços sociais (educação, saúde, habitação, assistência etc.) passa a contribuir para a reprodução e maior produtividade da força de trabalho” (Silva, 2011: 51). A política social deste período foi marcada pela extrema centralização política financeira no nível federal, pela fragmentação institucional na operacionalização da política, pela supressão da participação popular nas decisões políticas, pelo uso clientelístico dos recursos, pela distribuição de benefícios, pelo autofinanciamento do investimento social e pela privatização de setores rentáveis, como educação, saúde e habitação. A categoria dos assistentes sociais apareceu então como responsável direta pela operacionalização da política social.

O fenômeno do “milagre econômico” também abriu o espaço sócio-ocupacional das empresas para os assistentes sociais. Ainda que já houvessem experiências esparsas desde os anos 40, é somente a partir da década de 60 que se pode falar de um Serviço Social de empresa. Entretanto, “cabe salientar que o espaço empresarial não se abre ao Serviço Social apenas em razão do crescimento industrial, mas determinado também pelo pano de fundo sociopolítico em que ele ocorre e que instaura necessidades peculiares de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção” (Netto, 2010: 122).

Os Conselhos Federal e Regionais de Assistentes Sociais (CFAS e CRAS), criados em 1962, acabaram incorporando a ideologia da autocracia burguesa, sob hegemonia do projeto modernizador, cumprindo o papel atribuído pelo Estado. O conjunto de entidades atuou de forma controladora e burocrática (Cardoso, 2013: 141).

Analogamente, a modernização do conservadorismo marcou a atuação dos assistentes sociais durante o período ditatorial, fazendo surgir no Brasil o projeto modernizador da profissão. Suas ações visavam à adequação dos indivíduos à realidade social na lógica do desenvolvimentismo, vinculada à harmonia social, em um compromisso com a ordem vigente. Neste sentido, remetia a atuação profissional a responder as expressões da questão social com ações pontuais e individualizantes, buscando o enquadramento e ajustamento dos sujeitos, com ações corretivas e preventivas.

Na busca de sistematizar estas ações e elevar a profissão a um status técnico e científico, foram realizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) seminários de teorização envolvendo um grande número de profissionais. Os primeiros dois encontros ocorreram em 1967 (Araxá-MG) e em 1970 (Teresópolis-RJ), e produziram documentos que expressam claramente a modernização do projeto tradicional da profissão, apontando os valores que justificavam a ação profissional, um método de intervenção e uma direção ideológica e política, de acordo com a ética tradicional, o positivismo e o pensamento conservador, na direção da manutenção da sociedade capitalista (Cardoso, 2013: 140).

Entre os anos 1975 e 1979, torna-se hegemônico o projeto de reatualização do conservadorismo. Suas ações visavam “a ajuda psicossocial no cuidado e na compreensão da pessoa, sem questionamentos da ordem social” (Cardoso, 2013: 151). A metodologia deste projeto estava baseada no tripé “pessoa-diálogo-transformação social”, entendido como um processo de conscientização. Em 1978, no encontro promovido pelo CBCISS em Sumaré-RJ, tal projeto teve destaque em meio aos debates, dos quais se elaborou um documento que sistematiza o papel do Serviço Social na sociedade.

Ainda que tenham sido escritos no contexto da ditadura militar, os documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré não fazem qualquer referência à conjuntura política, econômica e social do país, reforçando o compromisso da profissão em contribuir com o desenvolvimento do país através de sua competência técnico-burocrática.

Assim, o Serviço Social brasileiro buscou o avanço técnico e a modernização da profissão, conforme conjuntura da sociedade brasileira no período. Essa modernização acarretou profundas mudanças na formação profissional:

a) rompimento com o confessionalismo e o paroquialismo, que historicamente marcaram o surgimento e o ensino do Serviço Social no Brasil; b) expansão em número e pelo território nacional das instituições de formação; c) inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário. Neste processo, o Serviço Social abriu espaço para a interlocução com as Ciências Sociais. Ao inserir-se nas discussões não apenas como “consumidores” de sua produção, mas incorporando tais insumos teóricos no debate profissional, a profissão adquiriu a validação teórica.

Entretanto, o silêncio e a omissão imperaram até o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)¹, ocorrido somente em 1979. O encontro, que ficou conhecido como “Congresso da Virada”, revelou certa simetria da categoria profissional com o momento político do país: enquanto o protagonismo operário impedia a consecução do projeto de auto-reforma do regime militar, o III CBAS rompeu o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional.

Esse rompimento foi planejado pelo projeto de intenção de ruptura, que surgiu entre os anos 1972 e 1975. Este projeto retomou o propósito do Movimento de Reconceituação da América Latina, encontrando na academia um espaço privilegiado para a reflexão crítica. Segundo Netto, a expressão *intenção de ruptura* se justifica pelo fato de que, apesar de sua oposição ao tradicionalismo, este projeto não encontrou condições objetivas que possibilitassem o efetivo rompimento com o conservadorismo na profissão (Netto, 2009: 247). Foi marcado pela proposta metodológica do Método B.H., desenvolvida por um jovem grupo de profissionais, docentes e estudantes da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais - oriundo da esquerda católica e alguns membros com ligações político-partidárias de esquerda. Através do tripé ensino, pesquisa e extensão, o grupo buscou construir uma metodologia de intervenção profissional crítica. Esta experiência foi possível por que a princípio as escolas católicas não sofreram a mesma repressão interna que as universidades federais². Pela primeira vez o Serviço Social brasileiro se defronta com a noção de historicidade, classes sociais e transformação da realidade, avançando na busca da ruptura com o conservadorismo na profissão.

¹ O CBAS é um fórum de reflexão, debate e deliberação da categoria profissional, organizado pelas entidades da formação, do exercício profissional e estudantil da categoria – respectivamente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

² (informação verbal) Entrevista com a professora Dr^a Maria Rosângela Batistoni, estudante da PUC/BH – Serviço Social nesta época. Atualmente docente do curso de Serviço Social da UNIFESP/BS.

Apesar dos equívocos na incorporação do marxismo, realizada através da leitura enviesada da obra de Marx, o Método B.H. expressou elementos da dimensão teórico-metodológica do projeto de ruptura, e também revelou sua dimensão política – a contribuição com a transformação social. A experiência foi encerrada em 1975, mas seguiu como referência para pensar a formação e atuação profissional.

Em meio ao período de maior repressão do regime militar, setores minoritários da categoria profissional se posicionaram contrários à transformação da profissão num mero instrumento da aceleração do desenvolvimento, que nada mais era do que um crescimento econômico concentrador e excludente (Silva, 2011: 55). Ficou evidente a importância de aprofundar-se numa prática pautada pelas necessidades dos segmentos explorados, a base da “clientela” do Serviço Social, tendo como perspectiva a transformação social.

A crescente insatisfação com o regime militar fez avançar a rearticulação da sociedade civil, através de um amplo movimento popular, reunindo as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), vinculadas à Igreja Católica e influenciadas pela Teologia da Libertação, os grupos associativos seculares e o novo movimento sindical que emergiu nesta época. O Movimento contra a Carestia e as greves operárias, ocorrido nos grandes centros urbanos entre os anos 1978 e 1982, culminou na grande movimentação pelas diretas-já, articulando os diferentes movimentos sociais populares com entidades democráticas e partidos políticos de oposição na luta contra a ditadura militar. O protagonismo operário, que envolveu e mobilizou não só o proletariado como também uma parcela considerável pequena-burguesia, trouxe à tona a crise do regime ditatorial.

Diante deste quadro, o Serviço Social sofreu pressões por parte do Estado, que exigia a modernização técnica da profissão para assumir a função de mediadora entre a assistência e seus beneficiários, além de conquistar o apoio popular aos programas governamentais de desenvolvimento. Do outro lado, surgem novas demandas por parte dos movimentos sociais populares, que buscavam apoio no Serviço Social para seu esforço organizativo e o repasse de serviços e programas, fazendo com que alguns setores profissionais dos assistentes sociais retomassem o debate sobre o caráter político da prática profissional.

A partir de 1978, com a aproximação da profissão ao estudo da obra de Antônio Gramsci feito no Brasil, parte da categoria profissional passou a defender e se orientar pela perspectiva dialética gramsciana - a filosofia da *práxis* -, percebendo a instituição como um espaço contraditório e de luta de classes. A prática institucional foi então fortalecida, no sentido de possibilitar a articulação com os movimentos sociais populares organizados.

Assim, o projeto profissional de ruptura foi marcado tanto pela supervalorização da dimensão teórico-metodológica, como da dimensão política. Em diversos momentos foi creditada à profissão a tarefa de organizar a classe trabalhadora, diluindo a fronteira entre a prática profissional e a militância político-partidária. Este equívoco está relacionado à maneira como o marxismo foi incorporado ao Serviço Social brasileiro, fazendo com que a perspectiva emancipatória fosse incorporada de forma romântica e voluntarista. Ainda assim, propiciou o desvelamento da dimensão política inerente ao trabalho profissional (Cardoso, 2013: 188).

Entretanto, Netto destaca que a intenção de ruptura ofereceu poucos e inadequados indicativos prático-profissionais às condições objetivas da prática profissional vivenciadas pela massa da categoria (2009: 254). Diante desta ausência de alternativas orientadoras de sua intervenção no cotidiano profissional, a prática dos assistentes sociais continuou marcada pelo projeto modernizador. “O conservadorismo nos meios profissionais tem raízes profundas e se engana quem o supuser residual.” (Netto, 1996).

De forma geral, o processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil foi, e ainda é marcado por confrontações com as forças conservadoras e reacionárias presentes no interior da profissão e da sociedade brasileira, e também por contradições e divergências existentes na perspectiva dos interesses dos setores populares. Netto ressalta que a análise desta renovação

(...) supõe, é desnecessário dizê-lo, a compulsória e mediatizada remissão ao movimento macroscópico da autocracia burguesa – a renovação do Serviço Social, no Brasil, mesmo que não se possa reduzir os seus múltiplos condicionantes às restrições do ciclo ditatorial, é impensável, tal como se realizou, sem a referência à sua dinâmica e crise. Supõe, igualmente, a investigação dos diversos e auto-implicados níveis que comparecem no movimento interno da profissão: as modalidades interventivas para responder às novas demandas, os padrões imperantes na reprodução da categoria profissional, as suas formas organizativas, as influências teórico-culturais, as suas elaborações intelectuais e as suas (auto) representações. Trata-se, com efeito, de um largo programa de pesquisa e investigação, a requerer longos e coletivos esforços (Netto, 2010: 116).

Chamada de Constituição Cidadã, a Carta Magna foi promulgada em 05 de outubro de 1988, e expressa um grande avanço na luta popular, com a promessa de assegurar os direitos sociais e políticos a todos os cidadãos, incluindo as minorias. Pode-se afirmar que a Constituição de 1988 encerrou formalmente o regime militar no Brasil. Entretanto, Fausto afirma que

O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma ‘situação democrática’ do que a um regime democrático consolidado. (Fausto, 1995: 527)

Com a ampliação dos direitos de cidadania, diversos programas e serviços foram reconhecidos legalmente e implementados como direitos. Este processo exigiu o redimensionamento da abordagem do Serviço Social (Iamamoto, 2009b: 50). Neste período, o Serviço Social brasileiro deu um grande salto de qualidade, adquirindo visibilidade através do Novo Código de Ética do Assistente Social, da legislação profissional e das modificações no ensino superior em Serviço Social (Iamamoto, 2009b: 51). Ocorreu também significativo avanço na produção acadêmica e editorial – grande parte do acervo bibliográfico do Serviço Social disponível hoje é resultante desta época. O amadurecimento das representações político-corporativas ocorreu neste mesmo período, possibilitando um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, especialmente da assistência social. Este salto de qualidade foi impulsionado pelo processo de construção do Projeto Ético-Político.

O Projeto Ético-Político da profissão

O projeto profissional é uma estrutura dinâmica, que deve responder “às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da própria profissão e, ademais, às mudanças na composição social do corpo profissional” (Netto, 2006: 4).

É neste sentido que o projeto profissional do Serviço Social se designa Projeto Ético-Político: “uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.” (Netto, 2006: 8).

A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social teve início no final dos anos 70, período em que a resistência à ditadura ganhou profundidade e qualidade novas, através da reinserção da classe trabalhadora na cena política (por meio da mobilização dos operários do ABC paulista). Esta resistência ao conservadorismo promovido pela ditadura no país viabilizou a recusa e a crítica ao histórico conservadorismo do Serviço Social brasileiro. Devido à repercussão das exigências políticas e sociais que estavam na ordem do dia em todo o país, pela primeira vez, parte dos assistentes sociais começaram a reconhecer-se como classe trabalhadora.

Outro importante elemento para a construção do Projeto Ético-Político foi o surgimento dos cursos de pós-graduação em Serviço Social que, impulsionado pela Reforma Universitária imposta pela ditadura, alcançou legitimidade no âmbito acadêmico. A partir daí foi possível operar a acumulação teórica e consolidar a produção de conhecimento em Serviço Social.

Em consonância com a consolidação acadêmica, ganhou relevância nos anos 80 o debate sobre a adequação da formação profissional, em nível de graduação. A discussão girava em torno de redimensionar o ensino, no sentido de formar um profissional apto para responder com eficácia e competência às demandas tradicionais e também às demandas emergentes na sociedade brasileira, que passava pelo período da transição democrática.

Com a resignificação das modalidades prático-interventivas e a emergência de novas áreas de intervenção, configurou-se um alargamento da prática profissional, numa dinâmica que está em curso até hoje. Este alargamento legitima-se tanto pela produção de conhecimentos elaborados a partir da prática, quanto pelo reconhecimento do exercício profissional por parte dos usuários.

No decorrer dos anos 90, o Brasil vivenciou a implantação e consolidação do modelo neoliberal. Neste período pôde-se atestar o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, concomitante ao aumento da concentração de renda e da riqueza. Na economia, prevaleceu o aumento do endividamento público e privado e taxas medíocres de crescimento econômico, quando o capitalismo especulativo prevaleceu sobre o investimento produtivo. Do ponto de vista político, foi evidente a crise da democracia, num amplo retrocesso no que se refere aos ganhos da luta por direitos da década anterior, dando lugar à lógica economicista, autoritária e tecnocrática. No âmbito da cultura, viu-se a retomada do conservadorismo e o aprofundamento do individualismo e do consumismo.

Este contexto marca também o desenvolvimento e a conquista da hegemonia do Projeto Ético-Político do Serviço Social no seio da profissão. Os principais impactos para a profissão se expressam: 1) na amplificação e despolitização da questão social, que apresentou ao trabalho profissional novas e velhas expressões desta questão social – no bojo da retomada do conservadorismo; 2) na retração do Estado no desenvolvimento de políticas sociais, reduzindo-as à políticas focalizadas e seletivas, e assim promovendo a expansão do terceiro setor, abrangendo diversas tendências e perspectivas do trabalho social; e 3) na precarização e flexibilização das condições de trabalho, impacto este que foi sentido por toda classe trabalhadora.

Diante deste quadro, o Projeto Ético-Político amadureceu durante a década de 1990, sendo desafiado a reexaminar e aprimorar sua contribuição político-profissional diante das mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo neoliberalismo.

Tendo a liberdade como valor central, o Projeto Ético-Político apresenta a perspectiva emancipatória como uma “possibilidade de superação da condição de opressão e dominação presente na sociedade de classes diante do trabalho alienado” (Cardoso, 2013: 205) que priva o ser humano de desenvolver suas potencialidades enquanto ser social.

O Projeto Ético-Político não apresenta nenhuma formulação específica de metodologia para o trabalho dos assistentes sociais. Outrossim, defende a necessária apreensão do método materialista histórico-dialético, para realizar a leitura crítica da realidade e então elaborar proposições a partir das questões que esta realidade revela. Neste sentido, são apresentadas seis marcas orientadoras ao trabalho profissional: 1) empenho na coletivização das demandas; 2) conhecimento da realidade na qual o indivíduo está inserido; 3) vinculação aos espaços de discussão e deliberação das políticas sociais; 4) empenho na efetivação do acesso aos direitos sociais; 5) formação continuada; e 6) reflexão e planejamento das ações no sentido de prevenir o praticismo e o pragmatismo, seguindo o direcionamento ético explicitado nos princípios e artigos do código de ética.

A primeira década dos anos 2000 pode ser caracterizada pelo aprofundamento da política neoliberal diante dos imperativos do capitalismo financeiro internacional. A organização dos trabalhadores e dos partidos de esquerda se enfraqueceram, inviabilizando a proposição de alternativas ao neoliberalismo, numa perspectiva emancipatória (Cardoso, 2013: 232). Da mesma forma, os movimentos sociais foram perdendo sua força, ao priorizarem a luta setorializada por direitos e reivindicações específicas. O avanço do neoconservadorismo também marca este período, intensificando a expressão das “múltiplas formas de opressão e exclusão, como as relacionadas às questões étnicas, religiosas e políticas” (idem).

Ainda que seja inegável o aumento de investimento na área social e o alargamento do alcance das políticas públicas – que hoje alcançam uma grande parcela da população que nunca teve acesso a diversos direitos sociais – é importante ressaltar que tais políticas são frágeis, seletivas e focalizadas. Os avanços consideráveis na Proteção Social não romperam com as características neoliberais que se expandiram desde os anos 90 (Cardoso, 2013: 232).

Assim, o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão é contínuo e permanente. Na luta contemporânea contra o neoliberalismo, visa à defesa da hegemonia do Projeto Ético-Político, em disputa ao longo destes mais de 30 anos. Esta luta implica na continuidade da articulação entre as entidades de formação, do exercício profissional e do movimento estudantil. Exige também a denúncia e oposição às práticas alienantes e reiterativas, incentivando os profissionais a participarem das lutas sociais, reconhecendo assim a práxis profissional inovadora e comprometida com o projeto profissional. Tais ações

potencializam a continuidade do processo de ruptura com o conservadorismo e reafirmam o Projeto Ético-Político.

Podemos então concluir que o avanço do neoliberalismo se caracteriza como uma “cruzada antidemocrática” (Netto, 2006: 19), e por isso representa uma ameaça real à implementação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A preservação e aprofundamento deste projeto, diante de condições que parecem e são tão adversas, dependem do engajamento majoritário da categoria profissional. Mas não somente dela: é preciso fortalecer o movimento democrático e popular, tão pressionado e criminalizado nos últimos anos, que é a base política e a possibilidade da transformação social almejada.

Netto ressalta que, na medida em se tornam visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo, fica claro que o Projeto Ético-Político do Serviço Social tem futuro, pois aponta precisamente ao combate ético, teórico, ideológico, político e prático-profissional ao neoliberalismo, preservando valores que o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa às massas populares (2006: 19).

Conhecer para melhor prosseguir

Conhecer a trajetória histórica da profissão, a partir da perspectiva histórico-crítica, pode trazer importantes elementos que contribuam para a prática contemporânea do Serviço Social. Reafirmou-se, a partir do estudo realizado, que o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro trata-se de um processo marcado por confrontos com forças conservadoras e reacionárias no interior da categoria profissional e da sociedade brasileira, e também pelas divergências e contradições entre as forças que se colocam na perspectiva dos interesses populares (Silva, 2011: 65).

Podemos considerar como expressões significativas do legado do Serviço Social brasileiro das décadas de 1970 e 1980: 1) a apropriação da teoria crítica marxista, que favoreceu o enfrentamento do conservadorismo, ao permitir a compreensão da realidade em toda a sua complexidade e contradição e assim contribuir para o amadurecimento teórico, ético e político do Serviço Social no Brasil; 2) o processo de reorganização e fortalecimento das entidades representativas da categoria em uma perspectiva combativa, que favoreceu a vinculação às lutas classistas e às lutas da classe trabalhadora; e 3) a reforma curricular, a produção do conhecimento na área, a construção coletiva do Código de Ética do/da Assistente Social e da atual Lei de Regulamentação da Profissão.

O desafio que se coloca ao Serviço Social contemporâneo, assim como se colocou ao Serviço Social nas décadas de 1970 e 1980, é reconhecer as debilidades do atual cenário brasileiro. Este reconhecimento se faz necessário na medida em que são das novas expressões da questão social que emergem novos desafios e

exigências para a construção da identidade e para a prática profissional dos/das assistentes sociais.

Dentro do espaço institucional, o assistente social se vê diante de inúmeras contradições, como tensão entre a demanda instituída pelo empregador – que na maioria dos casos resulta uma atuação tecnicista –, e a demanda do seu usuário – que tende a reduzir-se ao aparente. Também podemos citar as metas inalcançáveis, as extensas jornadas de trabalho, a precarização das condições físicas do espaço de trabalho, a burocracia e as novas tecnologias da informação, que fragilizam a relação entre profissional e usuários, entre outros.

Todos esses aspectos são limitantes e se configuram como desafios à prática profissional, exigindo posicionamento dos/as assistentes sociais, tendo clareza de quais são as suas competências e atribuições, de forma que suas ações estejam pautadas no compromisso profissional com a classe trabalhadora. A construção desta identidade profissional, que teve início com o projeto de intenção de ruptura e que culminou com a criação do Projeto Ético-Político, demanda permanente autocrítica e aprimoramento, principalmente em relação ao sentido da prática profissional, ao processo de conhecimento crítico e à proposta de um novo projeto societário, na perspectiva emancipatória.

Portanto,

“é fundamental conhecer a história, a trajetória, e é fundamental que isso seja construído e analisado nos conteúdos da formação profissional. O pensamento pós-moderno tem exatamente a noção de que parece que tudo começa agora e que nada acontece através de grandes processos, tudo brota, tudo é um videoclipe, tudo começa e termina. Não é bem assim na nossa concepção, então eu acho que recuperar esse eixo de análise dessa trajetória e dessa constituição histórica desses processos é essencial, pra aprender inclusive algumas questões de análise mesmo, que são fundamentais: que a profissão é tanto produto histórico, das circunstâncias históricas, como produto do protagonismo e da direção social de seus agentes.”

Ao realizar esta retomada da trajetória recente do Serviço Social brasileiro, podemos concluir que não se trata apenas da história do Serviço Social, mas também do Serviço Social na História. Esta abordagem permite destacar dois elementos centrais: 1) o protagonismo da categoria foi um protagonismo de natureza social, pois ainda que tenham assumido compromissos específicos, a categoria é o sujeito coletivo e que atua socialmente; e 2) fica evidente a noção de que é o movimento da História, são as circunstâncias históricas que levam à construção permanente do Projeto Ético-Político.

³ Entrevista com a Profa. Dra. Maria Rosângela Batistoni, estudante da PUC/BH – Serviço Social nesta época. Atualmente docente do curso de Serviço Social da UNIFESP/BS.

Bibliografia

- BARROCO, Maria Lucia (2008). *Ética e Serviço Social: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez.
- CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves (2013). *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Campinas: Papel Social.
- FAUSTO, Boris (1995). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp.
- IAMAMOTO, Marilda Villela (2009a). O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS.
- _____ (2009b). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 16a. ed. São Paulo: Cortez.
- NETTO, José Paulo (2009). III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CFESS (Org.) *30 Anos do Congresso da Virada*. Brasília: CFESS.
- _____ (2006). A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTTA, Ana Elisabeth et ali (orgs.). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. Cortez.
- _____ (2010). *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 15a. ed. São Paulo: Cortez.
- _____ (2007). La Reconceptualización continúa viva, 40 años después. In: ALAYÓN, N (Org.). *Trabajo Social Latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización*. 2a. ed. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- _____ (1996). Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50.
- SILVA, Maria Ozanira Silva e. (2011). (org.) *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 7a. ed. São Paulo: Cortez.